



Miguel Barreto

Ex-Director Geral de Energia

Estratégia Nacional para a Energia*

73

No cenário energético nacional caracterizado por uma forte dependência externa de combustíveis fósseis, o Governo, empenhado também na redução das emissões de CO₂, no aumento da qualidade dos serviços energéticos e em promover a concorrência, definiu as grandes linhas estratégicas para o sector da energia, configuradas na Estratégia Nacional para a Energia. Esta Estratégia, expressa na Resolução do Conselho de Ministros (RCM) de Outubro de 2005, estabeleceu vários objectivos para o sector, nomeadamente a criação de um quadro organizativo estável e transparente, a expansão do investimento em energias renováveis e a promoção da eficiência energética.

A RCM n.º 169/2005 traça os objectivos do Programa do Governo português para a energia e define medidas e instrumentos legislativos e regulamentares, a serem desenvolvidos ao longo da legislatura, para concretizar aqueles objectivos, de acordo com oito linhas de orientação.

Portugal assume-se hoje como país líder em termos de política energética no contexto europeu, e a Estratégia Nacional para a Energia é um instrumento de política que nos projecta para além das nossas fronteiras. A criação do MIBEL, a forte aposta e liderança nas energias renováveis, a implementação de medidas emblemáticas na área da eficiência energética estimulam a inovação e a criação de um tecido empresarial dinâmico e com capacidade de crescimento e exportação.

Assim, o grande objectivo da Estratégia Nacional para a Energia reside na inovação, no progresso e no desenvolvimento económico de Portugal no contexto internacional.

* Artigo redigido em Fevereiro de 2008.

In the national energy panorama, characterized by a strong dependency on fossil fuels, the Government, also engaged in reducing CO₂ emissions, in increasing the quality of energy services and in promoting competition, has defined the main strategic outlines for the energy sector, outlined in the National Strategy for Energy. This strategy, set forth in the Resolution of the Council of Ministers (RCM) of October 2005, has established several objectives for this sector, namely the creation of a transparent and stable organizational frame, the expansion of investment in renewable energies and the promotion of energy efficiency. The RCM No. 169/2005 outlines the objectives of the Portuguese Government's Programme for energy and defines the measures and the legislative and regulatory instruments to be developed throughout the legislature in order to put into practice those objectives, according to eight guidelines.

Portugal assumes itself today as a leading country in terms of energy policies in the European context, and the National Strategy for Energy is a political instrument that projects us outside our borders. The creation of the MIBEL, the strong wager and leadership in renewable energies, the implementation of emblematical measures in the area of energy efficiency stimulate innovation and the creation of a network of dynamic companies with growth potential and export capabilities.

Thus, the main objective of the National Strategy for Energy lays in innovation, progress and the economical development of Portugal in the international context.

Num cenário energético nacional caracterizado por uma forte dependência externa de fontes primárias de origem fóssil (petróleo, gás natural e carvão), o Governo, empenhado também na redução das emissões de CO₂, no aumento da qualidade dos serviços energéticos e em promover a concorrência, definiu as grandes linhas estratégicas para o sector da energia, configuradas na *Estratégia Nacional para a Energia* (Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005), na qual se perspectiva três grandes *objectivos para o sector*:

1. *Promover a concorrência*, de forma a favorecer a defesa dos consumidores, bem como a competitividade e a eficiência das empresas, com reestruturação do tecido empresarial do sector energético;
2. *Garantir a adequação ambiental de todo o processo energético*, reduzindo os impactos ambientais, às escalas local, regional e nacional;
3. *Garantir a segurança do abastecimento de energia*, através da diversificação dos recursos primários e dos serviços energéticos, e da promoção da eficiência energética.

A RCM n.º 169/2005 traça os objectivos do Programa do Governo para o sector energético e define medidas e instrumentos legislativos e regulamentares a serem desenvolvidos ao longo da legislatura para concretizar aqueles objectivos, segundo oito *linhas de orientação principais* (ver desenvolvimento em «caixa»):

- 1.^a Prosseguir a liberalização dos mercados do gás natural, da electricidade e dos combustíveis;
- 2.^a Definir o enquadramento estrutural da concorrência, nos sectores da electricidade e do gás natural;
- 3.^a Reforçar as energias renováveis;
- 4.^a Promover a eficiência energética;
- 5.^a Aproveitamento público «energeticamente eficiente e ambientalmente relevante»;
- 6.^a Reorganizar a fiscalidade e os sistemas de incentivos do sistema energético;
- 7.^a Pesquisar a inovação em energia;
- 8.^a Assegurar a comunicação, sensibilização e avaliação da Estratégia Nacional para a Energia.

Prossecução dos objectivos: acções implementadas

Promover a concorrência

Estimular a concorrência, criando mercados energéticos liberalizados e concorrenciais, foi estabelecido como objectivo central. A reorganização de todo o quadro legal e regulamentar, com a publicação das leis de base e legislação complementar para a electricidade, gás natural e petróleo, constituiu o primeiro passo concreto na implementação desta estratégia.

Os princípios da Directiva 2003/54/CE que estabelece regras comuns do *Mercado Interno de Electricidade*, foram transpostos pelo Decreto-lei n.º 29/2006, de 15 de Fevereiro, que estabelece as bases gerais da organização e funcionamento do *Sistema Eléctrico Nacional (SEN)*, bem como as bases gerais aplicáveis ao exercício das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de electricidade, e à organização dos mercados de electricidade.

As actividades de produção e comercialização são exercidas em regime de livre concorrência mediante a atribuição de licença, e as actividades de transporte e distribuição, através da atribuição de concessões de serviço público. Estas actividades são exercidas tendo em conta a racionalidade dos meios a utilizar e a protecção do ambiente, nomeadamente através da eficiência energética e da promoção das energias renováveis, sem prejuízo das obrigações de serviço público.

A transposição foi completada pelo Decreto-lei n.º 172/2006, de 23 de Agosto, que desenvolve os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do SEN, regulamentando o diploma acima referido.

As medidas adoptadas no mercado da electricidade permitiram o efectivo exercício do direito de escolha a todos os consumidores, a partir de 4 de Setembro de 2006, colocando Portugal entre os países da União Europeia que concluíram a sua liberalização total.

O *Mercado Ibérico da Electricidade* (MIBEL), que entrou em funcionamento a 3 de Julho de 2006, tornou-se uma realidade com o início das transacções no OMIP (mercado a prazo, pólo português) e no OMEL (mercado diário, pólo espanhol). Entretanto, o reforço verificado das interligações, a criação de um mecanismo de ges-

tão das interligações, a realização de leilões de aquisição de energia comuns e a libertação de capacidade em leilões virtuais têm, em conjunto, aumentado a consistência e a dimensão deste mercado. O MIBEL é hoje o segundo mercado regional integrado, posto em prática na Europa, com mais de 300 TWh/ano de energia física transaccionada e 30 milhões de consumidores.

No que respeita ao *Mercado Interno do Gás*, os princípios da Directiva 2003/55/CE foram transpostos pelo Decreto-lei n.º 30/2006, de 15 de Fevereiro, que vem estabelecer os princípios gerais de organização e funcionamento do *Sistema Nacional de Gás Natural (SNGN)*, o qual enquadra o exercício das actividades de recepção, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de gás natural e a organização dos mercados de gás natural. A referida transposição foi completada pelo Decreto-lei n.º 140/2006, de 26 de Julho, que desenvolve os princípios gerais relativos à organização e funcionamento do SNGN, regulamentando o regime jurídico aplicável ao exercício daquelas actividades.

Com a nova legislação pretendeu-se criar um mercado eficiente e competitivo, que incentive a concorrência transparente e não discriminatória, a livre escolha do fornecedor, bem como a separação das actividades (*unbundling*) de transporte e distribuição da produção e comercialização, com a criação da figura de operador de sistema independente, não perdendo de vista a protecção dos consumidores e do ambiente, as obrigações de serviço público, o acesso de terceiros à rede e a segurança do abastecimento, conferindo ao sector um quadro legislativo adequado às novas realidades.

Foi ainda decidido antecipar as datas de abertura do mercado do gás, abandonando a derrogação concedida pela União Europeia, adiantando em dois anos o prazo relativo aos consumidores domésticos e um ano aos industriais.

Para permitir um acesso às redes equitativo e transparente, foi criado um *Operador para o Transporte de Gás e Electricidade*: em Setembro de 2006, a REN – Rede Eléctrica Nacional, S. A. que adquiriu os activos de transporte de gás detidos pela Transgás. Com o intuito de adequação à nova missão foi constituída uma sociedade *holding* – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, que gere o sistema nacional de

transporte de electricidade e gás, através das seguintes sociedades:

- REN-Gás, S. A., sociedade de gestão e coordenação das actividades do sector do gás natural, que detém: a REN-Gasodutos, S. A., a REN-Armazenagem, S. A. e a REN-Atlântico Terminal de GNL, S. A.;
- REN-Rede Eléctrica Nacional, S. A.

Ao nível da *promoção da concorrência* nos mercados de oferta procedeu-se à redução do peso do Estado nas empresas do sector da energia e à reorganização das estruturas empresariais, e foram criadas as condições para a entrada de novos concorrentes. Neste âmbito destacam-se algumas medidas/acometimentos principais:

- Concorrência dos dois grandes operadores do sector do gás e electricidade: a EDP – Energias de Portugal, S. A. e a Galp Energia, SGPS, S. A.;
- Extinção antecipada dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE), liberalizando cerca de 80% do total de produção regulada de electricidade;
- Atribuição de licenças para a construção de novas Centrais de Ciclo Combinado (CCGT);
- Antecipação da liberalização do Gás Natural.

No que concerne ao *sector petrolífero*, em Fevereiro de 2006 foi aprovada a legislação que define um quadro legislativo coerente e articulado com a legislação comunitária, com as obrigações decorrentes da Agência Internacional de Energia e com os princípios e objectivos da Estratégia Nacional para a Energia.

O Decreto-lei n.º 31/2006, de 15 de Fevereiro, estabelece as bases gerais da organização e funcionamento do *Sistema Petrolífero Nacional (SPN)*, assim como as disposições gerais aplicáveis ao exercício das actividades de armazenamento, transporte, distribuição, refinação e comercialização de petróleo bruto e produtos petrolíferos.

O *SPN* tem como objectivos principais a protecção dos consumidores, a protecção do ambiente, as obrigações de serviço público, o livre acesso de terceiros às grandes instalações petrolíferas de interesse público e às redes de distribuição local de GPL, de modo transparente e não discriminatório, a segurança do abastecimento através da monitorização do mercado

pela DGEG (Direcção-Geral da Energia e Geologia) e constituição de reservas de segurança, sendo que, parte destas deve ser mantida como reserva estratégica pela EGREP – Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos. Deve ainda promover-se uma adequada diversificação das fontes de aprovisionamento, em articulação com a utilização de fontes de energia renováveis e a utilização racional de energia.

Garantir a adequação ambiental

A aposta nas *energias renováveis*, como vector relevante para a limitação da intensidade carbónica da economia e como contributo significativo para a diversificação e sustentabilidade do sector energético, assenta, em especial, no desenvolvimento das energias hídrica e eólica, na biomassa, nos biocombustíveis e na energia solar térmica.

No quadro da Directiva 2001/77/CE, de 27 de Setembro de 2001, relativa à promoção de electricidade produzida a partir de fontes de energias renováveis (FER), Portugal assumiu o compromisso de até 2010 atingir a meta de 39%.

Em 2005, Portugal foi o país da União Europeia que mais cresceu na capacidade de produção de energia eólica; em 2006 entraram em funcionamento 36 novos parques eólicos, o que significou um crescimento de 60% da potência instalada. Em finais de Outubro de 2007, a potência eólica instalada situava-se em 2065 MW, distribuídos por 150 parques.

A capacidade instalada para a produção de energia eléctrica a partir de fontes de energia renováveis (FER), no final de Novembro de 2007, atingia cerca de 7500 MW (7383 no continente e 117 nas ilhas).

Dada a importância estratégica da aposta nas energias renováveis e em reforço às medidas anteriormente estabelecidas, o Governo definiu pela RCM n.º 1/2008, de 4 de Janeiro, novos compromissos para 2010. Assim:

- 45% do consumo final de electricidade será de base renovável;
- 10% do consumo dos combustíveis rodoviários será composto por biocombustíveis utilizados nos transportes;
- 5 a 10% do carvão utilizado nas centrais termoeléctricas de Sines e do Pego será

substituído por biomassa ou derivado de resíduos.

Neste sentido, foram estabelecidos novos objectivos para várias fontes de energia renovável:

- Energia Eólica: Aumentar em 1950 MW a capacidade instalada, até 2012, perfazendo um total de 5100 MW (em que 600 MW serão por *upgrade* do equipamento), e investimento num *cluster* tecnológico associado à energia eólica.

Lançado um concurso com duas fases para atribuição até 1800 MVA de potência de ligação com a criação de um *cluster* industrial. Em 2006 foi adjudicada a primeira fase do concurso com um total de 1200 MVA de potência de ligação e deu-se início à construção do *cluster* industrial ligado ao sector da energia eólica, cujo investimento foi de cerca de 1700 milhões de euros com a criação de cerca 1500 postos de trabalho directos e 4500 indirectos. O concurso gerou ainda a criação de um fundo de 35 milhões de euros para apoio à inovação na área das energias renováveis. Em 2007 foi adjudicada a segunda fase do concurso para atribuição até 600 MVA de potência.

- Energia hídrica: Reforço de potência em infra-estruturas hidroeléctricas existentes (Picote, Bemposta e Alqueva), de forma a atingir 5575 MW de capacidade instalada em 2010 (mais 575 MW que o previsto anteriormente) e atingir a prazo 70% do aproveitamento do potencial hídrico nacional.

Autorizados Pontos de Recepção para 922 MW de novas grandes centrais hidroeléctricas, com um investimento previsto superior a 1000 milhões de euros.

- Biomassa: Atribuição de mais 100 MW de capacidade instalada, através de uma rede de centrais descentralizadas de produção de energia eléctrica até 2010, para um total de 250 MW, promovendo uma articulação com o recurso florestal e uma política de combate ao risco de incêndios.

Lançados 15 concursos para atribuição da capacidade de produção de electricidade, até 100 MVA, que se destina a centrais térmicas e biomassa florestal, cujo investimento está estimado em cerca de 225 milhões de euros e a criação de cerca de 700 postos de trabalho.

- Solar: Construção da maior central fotovoltaica do mundo – central de Moura – e assegurar a articulação com as políticas e metas de microgeração e água quente solar.

Concedidas licenças de estabelecimento a duas grandes centrais: uma com uma potência de ~50 MW e uma produção prevista de 76GWh/ano, envolve um investimento global de 253 milhões de euros e inclui a criação de uma fábrica de módulos fotovoltaicos, a criação de cerca de 100 postos de trabalho e a instalação de um laboratório de investigação. A outra, com uma potência instalada de 11 MW e uma produção prevista superior a 18 GWh/ano, envolve um investimento de 62 milhões de euros.

- Ondas: Criação de uma Zona Piloto com potencial de exploração total até 250 MW para desenvolvimento tecnológico de novos protótipos em fase industrial e pré-comercial, aumentando a capacidade instalada em 200 MW. O Decreto-lei nº 5/2008, de 8 de Janeiro, estabelece o regime jurídico de acesso e exercício da actividade de produção de electricidade a partir da energia das ondas.

Foi iniciada a delimitação de uma zona marítima para a instalação do projecto-piloto, visando o desenvolvimento de novas tecnologias, e foi elaborada legislação, desburocratizando a atribuição das respectivas licenças.

- Biocombustíveis: Atingir em 2010 a meta de 10% de biocombustíveis a incorporar na gasolina e no gasóleo rodoviários (antecipando em 10 anos o objectivo da União Europeia) e promover fileiras agrí-

colas nacionais para biocombustíveis através da isenção de ISP (Imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos).

Foi criado um incentivo fiscal para a produção de biocombustíveis, através da isenção parcial do ISP nos produtos destinados a substituir os combustíveis fósseis rodoviários. Esta medida favorece o desenvolvimento de uma nova fileira agrícola baseada nos biocombustíveis, bem como a criação de unidades industriais, para esterificação de óleos vegetais.

- Biogás: Meta de 100 MW de potência instalada em unidades de tratamento anaeróbico de resíduos.

Em apoio à sustentabilidade das explorações pecuárias em particular, foi definida uma tarifa especial para a produção de electricidade a partir de biogás obtido por digestão anaeróbica.

- Microgeração: Promover a instalação de 50 000 sistemas até 2010, com incentivos à instalação de Água Quente Solar em edifícios existentes. A 2 de Novembro de 2007 foi publicado o Decreto-lei 363/2007, que estabelece o regime jurídico aplicável à produção de electricidade por intermédio de unidades de microprodução.

Está em fase de lançamento um sistema de simplificação legal para o microfotovoltaico e eólico, chamado «Renováveis na hora».

Ao nível da energia termoeléctrica em centrais convencionais há que salientar o peso do gás natural com a autorização de quatro novas centrais de ciclo combinado a gás natural, em que o total de potência instalada de 3200 MW irá permitir passar de 2160 MW em 2006, para 5360 MW em 2010, reduzindo assim progressivamente o peso da produção de electricidade com base em fuelóleo, o qual acarreta elevados níveis de emissões de gases de efeito estufa.

Destaca-se também a criação de uma reserva de potência de 800 MW em Sines para o car-

vão limpo e uma nova aposta na co-combustão, que permitirá substituir 5-10% do carvão usado nas centrais de Sines e do Pego por biomassa ou combustível derivado de resíduos (CDR), em 2010.

Ao nível do aproveitamento *hidroeléctrico* o «Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH)», apresentado em Outubro de 2007, tem como objectivo identificar e definir prioridades para os investimentos que se prevê virem a ocorrer no horizonte 2007-2020. Com o PNBEPH pretende-se atingir uma capacidade instalada hidroeléctrica nacional superior a 7000 MW em 2020, em que os novos grandes aproveitamentos hidroeléctricos a implementar deverão assegurar valores de potência instalada adicional da ordem dos 2000 MW, contribuindo desta forma para o cumprimento do objectivo estabelecido pelo Governo em termos de produção de energia com origem em fontes renováveis para o ano 2020: redução da dependência energética nacional e redução das emissões de CO₂.

A aposta na *eficiência energética*, quer do lado da oferta quer da procura, é uma outra prioridade estratégica para o sector, com vista à redução dos impactos ambientais e da intensidade energética.

O Decreto-lei n.º 78/2006, de 4 de Abril, criou o *Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios (SCE)*, e transpõe a Directiva 2002/91/CE relativa ao desempenho energético dos edifícios. O SCE é um dos três pilares sobre os quais assenta a nova legislação relativa à eficiência energética dos edifícios em Portugal. Estão abrangidos por este diploma, os novos edifícios destinados à habitação, os edifícios de serviços, novos ou existentes, e todos os edifícios sujeitos a grandes obras de remodelação.

O Decreto-lei n.º 80/2006, de 4 de Abril, aprovou o Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE), e o Decreto-lei n.º 79/2006, de 4 de Abril, aprovou o Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios (RSECE).

Foi estabelecida a obrigatoriedade de instalação de painéis solares (ou outras renováveis equivalentes) nos novos edifícios, de

acordo com o novo sistema de Certificação de Edifícios.

Ao nível da eficiência energética no sector industrial, a aplicação do Regulamento de Gestão de Consumos Energéticos (RGCE), em fase de revisão, dará um novo impulso a este sector.

Com a aprovação do Plano Nacional de Acção para Eficiência Energética serão implementadas medidas de redução de 10% do consumo de energia até 2015, valor que ultrapassa as metas previstas na Directiva 2006/32/CE, de 5 de Abril, relativa à Eficiência na Utilização Final de Energia e aos Serviços Energéticos.

Está ainda prevista a redução do consumo de energia do Estado através do Plano de Compras Públicas Ecológicas, aprovado em Conselho de Ministros.

Ao nível das medidas fiscais foram ainda aprovadas medidas de incentivo à eficiência energética, das quais se destacam: o Decreto-lei n.º 108/2007, de 12 de Abril, que estabelece uma taxa sobre as lâmpadas de baixa eficiência energética; a reestruturação da fiscalidade automóvel, com as emissões de CO₂ a representarem 60% do imposto sobre os veículos e o desincentivo fiscal ao uso do gasóleo de aquecimento, através do aumento da carga fiscal sobre o gasóleo de aquecimento, ao nível do sector residencial e dos serviços.

Garantir a segurança de abastecimento de energia

Quanto à garantia do abastecimento a generalidade das medidas implementadas atrás identificadas contribuem para a prossecução deste objectivo, dando corpo à Estratégia Nacional para a Energia, quanto:

- à diversificação das fontes de abastecimento;
- ao melhor aproveitamento das fontes de energia renováveis;
- à melhoria da eficiência energética;
- à redução da dependência externa;
- ao desenvolvimento das infra-estruturas das redes e de armazenamento de gás e ao investimento em terminais de GNL;
- à implementação de mecanismos eficazes de solidariedade entre Estados-Membros em caso de crise energética.

Conclusão

Uma política energética equilibrada, que reduza não só a nossa dependência do exterior mas também das flutuações dos preços de petróleo é fundamental para a solidez e crescimento da nossa economia.

No entanto, a Estratégia Nacional para a Energia projecta-nos para além das nossas fronteiras. Portugal assume-se hoje como país líder em termos de política energética no contexto europeu. A criação do MIBEL, a forte aposta e liderança nas energias renováveis, a implementação de medidas emblemáticas na área da eficiência energética estimulam a ino-

vação e a criação de um tecido empresarial dinâmico e com capacidade de crescimento e exportação.

Num contexto mundial marcado pela subida dos preços do petróleo e pelas políticas de combate às alterações climáticas, assiste-se a uma forte mudança no sector energético. A capacidade de liderar, a vantagem de ser o primeiro, poderão criar e alavancar um conjunto de oportunidades que se reflectem na economia e afirmação nacional.

É este, em suma, o grande objectivo da Estratégia Nacional para a Energia: a inovação, o progresso e o desenvolvimento económico de Portugal no contexto internacional.

LINHAS DE ORIENTAÇÃO

1.^a – Prosseguir a liberalização dos mercados do gás natural, da electricidade e dos combustíveis

- Aprovação das leis de bases da electricidade, do gás natural e do petróleo;
- Antecipação da liberalização do mercado do GN;
- Operacionalização do MIBEL;
- Reforço das redes de Transporte e Distribuição de electricidade, em particular as interligações Portugal-Espanha;
- Monitorização permanente da capacidade de ligação dos novos centros electroprodutores à rede;
- Desenvolvimento das infra-estruturas do gás natural em todo o território nacional;
- Reorganização da estrutura empresarial do sector da energia.

2.^a – Definir o enquadramento estrutural da concorrência nos sectores da electricidade e do gás natural

- Agilização do regime geral de atribuição de licenças para a instalação de novos centros electroprodutores e no quadro do MIBEL, harmonizar os princípios de compensação aos produtores vinculados que operem em mercado livre;
- Criação das condições para o alargamento do âmbito de actividade das empresas

do sector energético;

- Integrar numa única empresa as redes de transporte de gás natural e electricidade, garantindo a separação jurídica entre as actividades da electricidade e do gás natural;
- Separar as actividades de comercialização das de distribuição, quer para a electricidade, quer para o gás natural;
- Operacionalizar os procedimentos associados à mudança de comercializador pelos consumidores.

3.^a – Reforçar as Energias Renováveis

- Intensificação e diversificação do aproveitamento de todas as fontes de energia renovável para a produção de electricidade, em especial a eólica e hídrica;
- Clarificação e agilização dos mecanismos administrativos de licenciamento, nomeadamente os que se situam na interface entre economia e ambiente;
- Elaboração de um código de procedimentos de operação da Produção em Regime Especial;
- Valorização da biomassa florestal, em regime de compatibilização com as indústrias da madeira e da pasta de papel;
- Redinamização do programa Água Quente Solar;

- Avaliação dos critérios de remuneração da electricidade produzida, tendo em conta as especificidades tecnológicas e critérios ambientais.

4.^a – Promover a Eficiência Energética

- Promoção de políticas de eficiência energética por parte das empresas de oferta de electricidade;
- Aprovação de nova legislação sobre Eficiência Energética dos Edifícios;
- Reformatação do Regulamento de Gestão do Consumo de Energia (RGCE), com vista à revisão da fiscalidade do sector energético e promoção de acordos voluntários para a utilização racional de energia;
- Implementação de acordos voluntários com os diferentes sectores de actividade relevantes para a problemática da energia, envolvendo associações empresariais, centros tecnológicos e Administração Pública;
- Transposição da Directiva da cogeração;
- Criação de mecanismos de âmbito nacional que promovam as políticas de eficiência energética através de etiquetagem de equipamentos;
- Aumento da eficiência na rede transporte de passageiros e de mercadorias;
- Redução do consumo dos transportes privados, promovendo veículos mais eficientes, nomeadamente através de medidas fiscais e incentivando o abate de veículos menos eficientes;
- Introdução de fontes de energia alternativas ao petróleo, principalmente nos transportes públicos, através da disponibilização de gás natural, de biocombustíveis, de hidrogénio ou de soluções híbridas;
- Melhoria da articulação da intervenção das agências locais e regionais de energia.

5.^a – Aprovisionamento público «energeticamente eficiente e ambientalmente relevante»

- Elaboração de um caderno de encargos-tipo com observância de critérios de eficiência energética e ambiental;
- Aprovação de normas de aquisição de bens e serviços, por parte da Administra-

ção Pública, relativos à energia ou com reflexos no seu consumo;

- Realização de auditorias energéticas e ambientais aos edifícios mais energívoros;
- Aquisição de energia, nomeadamente eléctrica, no mercado concorrencial;
- Atribuição da função de gestão da procura de energia a uma instituição da esfera do MEI.

6.^a – Reorganizar a fiscalidade e os sistemas de incentivos do sistema energético

- Reapreciação dos princípios de tributação de energia, tornando a fiscalidade um instrumento adequado de política energética;
- Criação da taxa de carbono;
- Concepção de um sistema de incentivos que integre as externalidades e hierarquize as diversas fontes de energia renováveis, a cogeração e os projectos de eficiência energética.

7.^a – Prospectar a inovação em energia

- Criação de instrumentos que permitam aos centros I&D nacionais uma participação mais intensa e mais oportuna no esforço de maximização de penetração das energias renováveis, de promoção da eficiência energética e da melhoria do tratamento de emissões, incluindo a captura e deposição de CO₂;
- Atribuição a uma instituição da esfera do MEI as funções de prospectiva e inovação.

8.^a – Assegurar a comunicação, sensibilização e avaliação da estratégia nacional para a energia

- Criação de um prémio de excelência nas várias vertentes da energia;
- Promoção da melhoria do acesso dos cidadãos e de todos os agentes em geral à informação sobre energia, organizada e disponibilizada de forma transparente e coerente com os objectivos e linhas políticas;
- Promoção de iniciativas de sensibilização orientadas para a importância da energia na formação dos cidadãos, criação de um sistema de monitorização do cumprimento da Estratégia Nacional para a Energia.